

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REAFIRMANDO SUA FUNÇÃO SOCIAL PARA
ALÉM DAS REPARAÇÕES SOCIAIS**

**YOUTH AND ADULT EDUCATION: REAFFIRMING ITS SOCIAL FUNCTION BEYOND
SOCIAL REPARATIONS**

RESUMO

Este estudo consubstanciado a partir de revisão integrativa está voltado ao contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) seu processo histórico, a importância e a necessidade das atenções a essa modalidade. A história educacional brasileira se funde com essa modalidade. Desde a catequização feita pelos jesuítas até os dias atuais faz-se necessárias atenção sobre os jovens e adultos que ainda não foram alfabetizados e não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade certa. Por isso, o objetivo dessa pesquisa é chamar a atenção sobre a importância dessa modalidade de ensino, bem como, a necessidade de investimentos na formação de professores e estudantes, para qualificação, o mundo do trabalho, e qualidade das atividades desenvolvidas no entre meio dos componentes curriculares. Também pretende-se trazer para o estudo o processo histórico e a lei que a ampara. Levando em consideração os desafios e dificuldades enfrentadas pelas discentes, reafirmamos a importância de formação para os professores nessa empreitada. Portanto, foi necessário embasamento bibliográfico e documental em fontes diversas que trataram sobre o assunto e observações de uma realidade próxima. O corpo desse estudo demonstrará a evolução do processo histórico da EJA, bem como as dificuldades encontradas por estudantes e profissionais que nela vivenciam.

Palavras-chave: EJA; Luta por direitos; Perspectivas Pedagógicas.

ABSTRACT

This study, based on an integrative review, is focused on the context of Educação de Jovens e Adultos (EJA), its historical process, the importance and need for attention to this modality. Brazilian educational history merges with this modality. From the catechization carried out by the Jesuits to the present day, attention is needed on young people and adults who have not yet been literate and have not had the opportunity to attend school at the right age. Therefore, the objective of this research is to draw attention to the importance of this teaching modality, as well as the need for investments in the training of teachers and students, for qualification, the world of work, and the quality of the activities developed in between the components curricula. It is also intended to bring to the study the historical process and the law that supports it. Taking into account the challenges and difficulties faced by the students, we reaffirm the importance of teacher training in this endeavor. Therefore, it was necessary bibliographical and documentary basis in different sources that dealt with the subject and observations of a close reality. The body of this study will demonstrate the evolution of the historical process of EJA, as well as the difficulties encountered by students and professionals who experience it.

Keywords: EJA; Fight for rights; Pedagogical Perspectives.

**José Paulo Almeida
Cerqueira**

Universidad
Interamericana
jose.cerqueira1@nova.ed
ucacao.ba.gov.br
OrcID: 0009-0002-1454-
6189

**Ricardo Santos de
Almeida**

Universidad
Interamericana
ricardosantos@gmail.co
m
OrcID: 0000-0003-1266-
2557

Introdução

O trabalho com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) requer muita prudência metodológica e dedicação. Neste sentido, este estudo encontra-se desenvolvido objetivando por evidenciar a importância da Educação de Jovens e Adultos para a vida dos indivíduos, na sua formação pessoal e profissional, despontando a importância de uma melhor qualidade de vida.

Muitos estudantes que frequentam a modalidade EJA vêm buscando a qualificação pessoal e profissional, que lhes trará mais oportunidade no mercado de trabalho e em suas socializações. Logo, “as classes populares precisam tomar consciência de sua realidade, pensar sobre como combater as forças destrutivas que corroem a democracia do país” (BORBA, 2020, p. 42).

A EJA no Brasil se especializou a partir do ingresso dos Jesuítas e no período do Brasil Colônia, não com a forma e nem com o objetivo que temos hoje. O objetivo naquele momento era catequizar os nativos para convertê-los ao catolicismo. Este processo fazia parte de acordos entre Igreja Católica Apostólica Romana e a Coroa Portuguesa, e naquele momento encontravam-se preocupados também com a economia colonial e necessitavam operacionalizar estratégias de dominação do território pela força ou pela fé.

Embora a estratégia que envolvia a catequização se estabelecesse os trabalhos manuais eram muito raros no que diz respeito à preocupação dos Jesuítas e nativos com a leitura e escrita. No período Imperial houve-se também a criação de escolas noturnas, em Educação Elementar¹, mas, exclusiva para o gênero masculino. Logo, as transformações sociais incorporadas processualmente na educação brasileira, assim se dão em função da ação social “decorrente da criação do espaço definido por meio das relações de poder (econômicas, políticas e culturais)” (ALMEIDA, 2016, p. 46). Apenas no ano de 1940 que a EJA começou a se desenhar como modalidade educacional em função de lutas sociais por uma educação preferencialmente pública e com qualidade.

A EJA² passou a ter a primeira referência de ensino público fundamental e obrigatório na Constituição Federal de 1988, no artigo 208 para todos que não tiveram acesso a ela na idade própria:

¹Constitui o primeiro estágio da escolaridade obrigatória, com uma duração de cinco anos.

²Educação de Jovens e Adultos

Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 5., n. 1, set. 2023, p. 110-120

ISSN 2675-5955

DOI: 10.48178/intersecao.v5i1.511

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele tiverem acesso na idade própria; (...)
§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96) traz a EJA nos artigos 37 e 38 diz que:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Estes artigos asseguram o direito de acesso à educação para todos, inclusive as para as pessoas que não tiveram a condição de cursar na idade certa, frequentando a modalidade de EJA elidindo a “perspectiva da formação humana em que se dá as inter-relações dos sujeitos envolvidos no processo educativo” (BORBA, 2020, p. 40).

A partir das leis que oficializam a educação e a inclusão da EJA na obrigatoriedade da oferta por meio do Estado, começou-se um novo pensar superando a “presença da negação de direito” (BORBA, 2020, p. 40). Logo, trazem-se questões relativas ao processo histórico do aluno. Passa-se a valorizar o estudante como um todo, ou seja, sua identidade, pertencimento. E, portanto, traz consigo o histórico de vida e os motivos que os levam a voltar a estudar, como, competitividade do mercado de trabalho, tecnológicas e exigências econômicas. As motivações não se resumem a essas, pois, os estudantes também trazem consigo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão.

Estudo da EJA fortificado e relevante

A prática educativa na Educação de Jovens e Adultos (EJA) precisa ser algo ativo, empolgante e entusiasmante. Para o profissional reafirmamos necessidade da valorização e da formação continuada. Para os estudantes, evidenciamos a necessidade de

alimentação nutritiva e adequada, transporte e materiais didáticos de qualidade que contribuam na socialização dos conhecimentos disciplinares as vivências e o mundo do trabalho, ou seja, por um currículo diferenciado das outras modalidades de ensino. Neste processo, evidenciamos a necessidade da representatividade e as linguagens contidas nos materiais, recursos e mídias utilizados serem próximas à realidade dos estudantes. Esse movimento deve ser assegurado e reafirmado ao longo das formações de professores ou cursos de atualização. Neste sentido,

A formação dos professores da EJA, neste contexto, exigirá a conscientização de que formar é muito mais do que simplesmente treinar, adquirir competências, mas é refletir a nossa própria realidade, contudo é impreterível superar a constituição das matrizes pedagógicas e de formação, seja do professor ou do aluno em pressupostos antidemocráticos e excludentes, estas matrizes sempre evidenciaram as pautas de lutas de uma educação popular, gratuita e de qualidade, uma educação para além dos processos de instrução pra atender a preparação de mão de obra pós-escravidão, a serviço da industrialização e urbanização do país (BORBA, 2020, p. 42).

Reconhecer o estudante como ser que possui uma história e que essa reflete diretamente na sua vida estudantil, é um bom começo, para o acolhimento na Unidade Escolar. Dessa forma, a valorização da diversidade será uma consequência não menos importante, pois se trata de pessoas adultas que já fizeram as escolhas de vida, pois, já trazem consigo as suas identidades, de classe, gênero e raça. Suas trajetórias são marcadas por regionalizações, religiões diferentes e por vínculos familiares estabelecidos.

Com o desenvolvimento de visão e ações imparciais, a socialização de conhecimentos na EJA vem atrelada ao reconhecimento que por si só a turma é heterogênea, com todas essas especificidades no processo de construção da aprendizagem. “É conhecendo o mundo, os outros e a si mesmo que o ser humano vai construindo as suas possibilidades de superar a sua condição de oprimido, de excluído e transformar a sua realidade” (BORBA, 2020, p. 42). Essa tomada de consciência educacional nos leva a entender que cada um tem seu tempo, sua trajetória e o desenvolvimento do planejamento precisa mais do que nunca, de uma flexibilidade, dando tempos diferentes para as turmas e os estudantes.

Entende-se que a flexibilização do tempo e do espaço nos planejamentos da EJA são gatilhos para o desenvolvimento dos mesmos e uma (re)construção eficaz. Também se

pode destacar a seleção de conteúdos essenciais a serem abordados na modalidade como importantes para a eficácia do processo ensino-aprendizagem.

Além desses fatores, podemos destacar que, os conteúdos, as metodologias e a linguagem precisam estar próximas à vivência e a realidade dos estudantes, como diz Paulo Freire (2011, p. 15).

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes? Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia.

Pensa-se, portanto, que o tempo que o estudante permanecem afastados da escola, por diversos motivos, não se acumula conhecimento e nem aprendizagem, pensamentos errôneo, pois as aprendizagem por vivências podem ser construída e colaborar muito na construção do conhecimento científico.

O conhecimento na perspectiva pedagógica, dialógica e democrática, pode-se afirmar que nenhum tempo é perdido, porque toda aprendizagem tem o seu próprio tempo. Paulo Freire usa a expressão “saber de experiência feito” (FREIRE, 2011, p. 18), que trata justamente disso, das experiências carregadas de conhecimentos que são (re)construídos e acumulados fora da escola, em especial, pelos estudantes da EJA para o desenvolvimento das competências socioemocionais.

Investimento em formação continuada, para os docentes, trará uma perspectiva de melhoria e inteiração nas perspectivas das atividades na EJA, desenvolvendo a habilidades e metodologias para trabalhar nas turmas das camadas mais populares, o que requer disponibilidade, desejo, afeição e afinidade com o trabalho com essa modalidade.

Do acesso à permanência nas turmas de EJA

Um dos nossos grandes desafios da população é a manutenção do direito ao acesso à educação, garantindo-a independentemente da idade, porém, mesmo com essa garantia, nota-se que muitos jovens e adultos ainda não têm acesso à escola, algumas vezes por desconhecimento de escolas que estão próximas e atendem a esta modalidade.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma diversidade enorme de pessoas e realidades. Têm-se dois grupos principais que foram excluídos de seus direitos educativos: um grupo de pessoas em geral com idade avançada, idosas, que vivenciaram uma época em que o acesso à educação era mais difícil, principalmente em áreas rurais, onde segundo Borba (2020, p. 40) “a estes cabiam a produção da manutenção da estrutura agrária e econômica”. Outro grupo muito numeroso e bastante heterogêneo abandonaram os estudos por fatores extraescolares que tem a ver com pobreza, necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, mas também por fatores escolares em função do fracasso. Alguns tiveram uma trajetória escolar interrompida, malsucedida com sucessivas reprovações que lhes acabam desestimulando e os levando ao abandono escolar precoce. Outro grupo que está surgindo devido à valorização da criminalidade e distorção de valores sociais.

Alguns executores como, rigidez na utilização de horários, à longa jornada de trabalho já percorrida: são fatores que merecem destaque por parte dos gestores da Unidade Escolar e do corpo docente, por que se não há flexibilização dos horários não é possível contemplar elementos necessários a uma educação com qualidade, pois devido a organização nacional e as políticas educacionais para EJA, o que pode ser repensado são as organizações internas e os posicionamentos dos professores frente cada situação. Dentre os fatores internos, o mais citado refere-se à metodologia ensinada em sala de aula, que está, muitas vezes, totalmente fora de contexto. Os estudantes dessa modalidade merecem uma dedicação maior e não se pode ignorar o fato de que já foram excluídos.

Não só o acesso mais é necessário também levar em contas a permanência dos estudantes na escola alguns dos fatores que fazem com que essa permanência seja dificultada são: questões sociais e econômicas, como problemas financeiros, cansaço extremo, em função do trabalho, entre outros. Depois de avaliar essas questões surgem alguns questionamentos, como exigir desses estudantes que depois de uma jornada longa

e cansativa de trabalho, que ainda encontrem estímulos e concentração para o aprendizado por conteúdos distantes de sua realidade? Como fazer para despertar o interesse dos estudantes para essa aprendizagem significativa? Como despertar em jovens adultos e idosos o interesse por conteúdo da educação básica? Sendo assim, depois dessa análise é importante ressaltar a urgência de investir na formação de professores para trabalhar com esta modalidade de ensino.

É preciso insistir: este saber necessário ao professor - que ensinar não é transferir conhecimento - não apenas precisa de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de se - ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido (FREIRE, 1997, p. 47).

Um problema bem presente nas turmas de EJA, desde o princípio, no momento da formação das turmas é a questão da evasão, são muitas. Mesmo no início a perspectiva é de que muitos dos estudantes desistam de frequentar as aulas e outros não levarem a sério os estudos nesta modalidade.

Evasão escolar, triste realidade nas turmas da EJA

Fatores como as turmas multisseriadas com diversos graus de aprendizagem e desenvolvimento intelectual e até cognitivo leva a uma diversidade de planejamento e formas de abordar o conteúdo, causando em uns a falta de estímulo por ser fácil demais por outro lado, a mesma falta de estímulo por ser difícil demais.

Os estudantes que moram em bairros de difícil acesso e/ou zona rural, optam por sair mais cedo, já que o final das aulas ocorre às 21h40min, por esse motivo também acabam por perder as últimas aulas, caso observado em Milagres/BA.

É visível a pluralidade de realidades na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e como esses são diretamente prejudicados por tal realidade.

Outros motivos muito recorrentes são, a falta de variação de metodologia ativas para o desenvolvimento das suas atividades, até mesmos a falta de professores e com isso turmas sem aula, sendo liberadas mais cedo ou juntando com outra turma, a ausência de muitos professores ao mesmo dia. Isso nos traz a reflexão de como a realidade desta modalidade é complexa e merece atenção.

Quando se trata da má formação dos professores e da equipe pedagógica, é necessário que sejam feitos ajustes para que os estudantes tenham aulas. Isso vai influenciar diretamente na motivação dos mesmos para prosseguirem nos estudos, para fazerem o sacrifício de saírem de uma jornada cansativa de trabalho e ainda irem para escolar estudar. Afinal, se não tem professor qualificado, como ter aula?

A caixinha de surpresas é inúmera, a evasão acontece até mesmo no período de matrícula e se prossegue até os últimos dias letivos, assim como, também o retorno dos que evadiram, devem ser levados em conta. Os motivos são diversos para essas idas e voltas. Existem estudantes que se afastam por um período, mês, bimestre e até semestre. E depois retornam para estudar. O cansaço, o trabalho, a desmotivação, tudo isso faz com que o público da EJA precisa de uma atenção maior e especial.

Uma parcela considerável dos estudantes que evadiram retornará no ano seguinte para a matrícula. Essa dança de idas e voltas faz com que alunos fiquem anos estudando o que ultrapassa e muito as etapas de cumprimento da modalidade. A EJA passou por uma série de mudanças quando se trata da legislação, mas na prática escolar tem-se muito a evoluir encontrando assim, uma lacuna em aberta. A prática nessa modalidade vai muito além do ensino noturno, precisa ser inseridos e modificados desde o ambiente escolar, a metodologia, a formação dos professores a gestão e o elemento principal do processo que é o aluno.

A EJA está repleta de desafios desde os tempos mais antigos até os dias mais recentes para melhorar a sua qualidade e um dos desafios é justamente conseguir estabelecer a permanência dos estudantes no cumprimento das atividades e no decorrer do ano letivo dessa modalidade. Pois as políticas públicas direcionadas a essa modalidade de ensino possibilita o acesso, mas não possibilita a permanência.

Quando as atividades não são desenvolvidas com qualidade a evasão é uma consequência, e mais uma vez a exclusão desses estudantes que precisam dividir o tempo com o trabalho, à casa a família será inevitável. Em gabinetes as propostas para a EJA são diversas, porém, quando se parte para a prática, tudo é muito diferente, as dificuldades são imensas, as realidades são diversas e os recursos são mínimos.

Pode-se começar a enumerar essas dificuldades pela estrutura física das unidades, passando pelo currículo imposto e as práticas pedagógicas inadequadas. Mesmo com todas essas dificuldades e problemas encontrados pela EJA, está diminuindo o número de

analfabetos no Brasil. No entanto, ainda está muito longe do desejável que é uma educação de qualidade, que não está resumido apenas a decodificar os símbolos, vai muito mais longe que isso, ler, interpretar, ou seja, autonomia intelectual e moral, capaz de participar de maneira ativa na construção da cidadania.

Apesar das diretrizes estabelecidas pela EJA destacar a necessidade de trabalhar as especificidades dos estudantes adultos, pois, entende-se a educação como um direito de todos e que devem ser desenvolvidos ao longo da vida, e observa-se que esses documentos não condizem com a realidade e com a prática, pois, esses alunos já foram submetidos à negativa de direitos. O próprio estudante também não tem a consciência de que já foi subtraído os seus direitos no decorrer da vida, por isso, muitas vezes se julgam incapazes, culpados, fracassados e o Estado por outro lado, não assume suas responsabilidades fortalecendo nos indivíduos essas impressões que já foram desenvolvidas e enraizadas. Portanto, esse posicionamento do Estado está cheio de ideologia dominante e neoliberal.

Considerações a respeito da EJA

Diante do que foi estudado nas pesquisas bibliografia e referências de autores, pode se perceber que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) continua necessitando de políticas públicas eficazes, que vá condizer à teoria com a realidade, pois, os materiais documentais precisam ser revistos pelos órgãos competentes. Nota-se que os profissionais dessa modalidade de ensino encontram vários desafios que muitas vezes fogem de seus controles ou conhecimento, que muito precisa ser feito pelos professores, principalmente formação continuada, para o exercício nessa modalidade. De acordo com o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da EJA:

O preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com essa parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se neutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (BRASIL, 2000, p. 56).

Compreende-se também que a metodologia desenvolvida na EJA não pode ser as mesmas que a usada no Ensino Regular e demais modalidades da Educação Básica, principalmente, para prender a atenção e motivá-los a permanecerem nas aulas, bem como, continuar frequentando as atividades educacionais, sem desistirem. As mudanças da EJA são visíveis pela legislação, mas essas mudanças na teoria não garantem as mudanças na prática, e/ou garantem a aprendizagem eficaz. É fundamental que ocorram mudanças significativas na prática escolar. A realidade e a vivência dos estudantes devem ser fatores primordiais na elaboração das atividades que serão desenvolvidas nas turmas de EJA.

Cada agente tem a sua importância na construção da aprendizagem eficaz, o professor como orientador educacional que faz a intermediação da produção do conhecimento no ambiente escolar. A equipe pedagógica deve estar apta à realidade da modalidade estando próxima e disposta a novas buscas e conhecimento da realidade da comunidade escolar e local e a gestão disposta a dar todo o suporte para a equipe de liderados caminhando na mesma direção e falando a mesma língua.

Referências

1. ALMEIDA, R. S. **Agronegócio canavieiro em Alagoas: controle do território e luta por terra**. 2016. 183 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5529/1/RICARDO_SANTOS_ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.
2. BORBA, S. I. A conscientização como pressuposto à humanização nos processos de formação docente em EJA. **Revista Interseção**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 39–48, 2020. DOI: 10.48178/intersecao.v1i1.215. Disponível em: <<https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/intersecao/article/view/215>>. Acesso em: 01 jun. 2023.
3. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – Normas Jurídicas em Texto Integral**. Constituição de 1988. Brasília – DF.
4. BRASIL, Ministério da Educação. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília/DF.
5. BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Brasília/DF.

6. BRASIL. **Parecer CNE/CEB 11/2000**, de 10 de maio de 2000. Brasília/DF.
7. GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **O necessário fortalecimento da identidade dos sujeitos da EJA na Base Nacional Curricular Comum**. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-necessario-fortalecimento-da-identidade-dos-sujeitos-da-eja-na-base-nacional-curricular-comum>>. Acesso em: 01 jun. 2023.
8. FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011.
9. OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como sujeito de Conhecimento e Aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, set/dez.1999, n. 12, p. 59-73.
10. PEREIRA, J. E. D.; M. C. F. R. Identidade e Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Porto Alegre. **Educação & Realidade**, v. 6, n. 2, p. 51-73, jul/dez. 2001.